

Boletim

Nº 2.086 - Ano 46 - 10 de fevereiro de 2020

O QUE OS OLHOS NÃO VEEM

Uma reflexão sobre como fazer etnografia com a imagem é o eixo do trabalho de Edgar Kanaykô, da etnia Xakriabá, primeiro indígena com mestrado pela UFMG na área de antropologia. Suas fotografias são instrumentos narrativos que buscam retratar um universo em que o sagrado e o segredo se misturam.

Páginas 4 e 5

Pesquisadores da UFMG analisam a viabilidade ambiental e econômica da pecuária intensiva

Página 3

A REFUNDAÇÃO da universidade pública?

Allan Claudius Queiroz Barbosa*

Pela sua rapidez e efeitos imprevisíveis, os recentes acontecimentos e transformações sociais sugerem a necessidade de uma nova dinâmica que se aplique às universidades públicas, seja em sua lógica, seja em sua ação e perspectivas. Com efeito, observa-se, de um lado, uma rejeição aos padrões científicos e sua racionalidade pautada em evidências e, de outro, a necessidade, cada vez mais premente, de geração e aplicação do conhecimento como possibilidade concreta de transformação social e garantia de acesso e inclusão. Isso em um contexto jurídico e normativo com peculiaridades que se traduzem muitas vezes em dificuldades na atuação e capacidade de interação com a sociedade.

Nesse ambiente de muitas críticas externas, aliadas à escassez de recursos e a um natural incômodo e perplexidade frente às possíveis alternativas que não paralise seu funcionamento, pergunta-se: como a universidade pública pode estar à frente dessas transformações mantendo sua posição histórica de protagonismo? Longe de propor soluções, pelo menos três pontos merecem reflexão.

O primeiro, de natureza conceitual, está ligado à forma como a universidade pública interage com a sociedade, seja pela sua tradicional e clássica vocação de formação e geração de conhecimento, seja pela divulgação de seus trabalhos e/ou atividades. O que se observa, sem sombra de dúvida, é um relativo distanciamento do seu contexto mesmo com atividades de extensão expressivas e de grande relevância (por exemplo, os hospitais universitários e seus diversos serviços prestados à população), mas nem sempre com visibilidade para além de seus limites. Ou seja, a universidade pública acaba por falar com frequência para si mesma, tendo dificuldades em fazer do seu imenso e indispensável patrimônio algo devidamente assimilado pelo seu entorno e motor de transformações em diferentes níveis.

O segundo, de natureza estrutural, está relacionado à organicidade atual, que acaba por tolher e/ou dificultar ações que se adaptem de forma dinâmica, sem ruptura de seu *ethos funcional*. Trata-se de reconhecer que os formatos organizacionais existentes (departamentos e colegiados) embora tragam consigo a segurança de decisões coletivas em um ambiente diverso, de maturidade e equilíbrio, nem sempre apresentam velocidade e agilidade que reconheçam o *novo*, que muitas vezes não pode estar condicionado a amarras e/ou restrições temporais. Ou seja, o dilema de se utilizar um ferramental ou *modus operandi* típico de um momento histórico distinto em um ambiente altamente volátil e dinâmico acaba por gerar dificuldades em assimilar novidades ou inovações

A universidade pública
acaba por falar com
frequência para si mesma,
tendo dificuldades em
fazer do seu imenso e
indispensável patrimônio
algo devidamente assimilado
pelo seu entorno e motor
de transformações em
diferentes níveis.

presentes na dinâmica social que a universidade necessariamente precisa acompanhar.

O terceiro aspecto, de natureza estratégica e prática, diz respeito à forma reativa de suas ações, isto é, a universidade pública se apresenta cada vez menos propositiva em um ambiente de restrições orçamentárias. Trata-se, em grande medida, de recuperar seu protagonismo e responder ao ambiente hostil com uma agenda positiva, que pense e proponha políticas, estratégias e ações para

a sociedade no seu cotidiano imediato e em suas perspectivas de longo prazo.

Aqui, é possível refletir, por exemplo, sobre o atual arranjo por cursos e estruturas curriculares vigentes, que muitas vezes não respondem às prementes demandas e necessidades que as diferentes áreas do conhecimento apresentam em sua dinâmica e interação permanente com seu meio. É imperativo discutir a possibilidade de fusões/rearranjos que favoreçam o conteúdo e não a estrutura formal, criando áreas comuns ou núcleos gerais e que tenham afinidades e/ou similitudes, abrindo a possibilidade de trilhas especializadas em uma reorganização curricular pautada no conhecimento em suas múltiplas fontes e na formação do aluno. Isso naturalmente geraria impactos nas estruturas organizativas existentes, com possíveis efeitos na racionalização de atividades e na sobreposição daquilo que seria comum.

Embora seja um recorte que indique somente alguns pontos desse complexo debate, trata-se, em grande medida, do reconhecimento de que é preciso agir, entendendo as limitações, mas não fugindo da responsabilidade. A universidade pública, responsável pela formação de alto nível e por pesquisas básicas e aplicadas, geradoras de conhecimento e transformações sociais, além de seu relevante papel social, precisa agir, sob pena de se ver encolhida e/ou relegada a um papel secundário por outros atores e narrativas que passem a ocupar sua posição, corroendo seu patrimônio e sua história.

***Professor titular da Faculdade de Ciências Econômicas (Face). Residente do Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares (IEAT) 2019/2020**

Esta página é reservada a manifestações da comunidade universitária, por meio de artigos ou cartas. Para ser publicado, o texto deverá versar sobre assunto que envolva a Universidade e a comunidade, mas de enfoque não particularizado. Deverá ter de 5.000 a 5.500 caracteres (com espaços) e indicar o nome completo do autor, telefone ou correio eletrônico de contato. A publicação de réplicas ou trélicas ficará a critério da redação. São de responsabilidade exclusiva de seus autores as opiniões expressas nos textos. Na falta destes, o BOLETIM encomenda textos ou reproduz artigos que possam estimular o debate sobre a universidade e a educação brasileira.

PRODUTIVIDADE no PASTO

Reduzir o rebanho e aumentar a produção de carne bovina: em artigo, pesquisadores da UFMG abordam a viabilidade ambiental e econômica da pecuária intensiva no Brasil

Matheus Espíndola

O rebanho bovino brasileiro, segunda principal fonte de emissão de gases de efeito estufa no país, é também o segundo maior do mundo, com mais de 213 milhões de animais, de acordo com a Pesquisa da Pecuária Municipal do IBGE de 2018. “Embora sejamos os maiores exportadores de carne bovina no planeta, nossa produtividade é baixa, se considerado o tamanho do rebanho e do território usado nas pastagens”, afirma o professor Britaldo Soares-Filho, do Departamento de Cartografia do IGC.

Impulsionado pela demanda da China pela carne bovina brasileira – o país asiático recentemente perdeu 40% da sua criação de porcos em razão da peste suína –, o Brasil pretende aumentar a produção nacional, saltando de 9 para 12 milhões de toneladas anuais de carcaça. Segundo Britaldo Soares-Filho, o cumprimento dessa meta passaria pela reforma de 30 milhões de hectares de pastagens degradadas – estratégia que, em sua avaliação, é ambientalmente insustentável. “As pastagens já ocupam quase 25% do território do país. Um foco apenas na reforma vai incentivar o crescimento do rebanho”, prevê o professor.

Para ele, um “mix de estratégias” fundamentadas na pecuária intensiva – método que prescreve o abate do gado com menos tempo de criação – seria a solução para alavancar a produção e proteger o meio ambiente e reduzir a emissão de gases de efeito estufa.

Britaldo Soares é coautor do artigo *Large-scale pasture restoration may not be the best option to reduce greenhouse gas emissions in Brazil*, publicado em dezembro de 2019 no portal IOPScience. “Reunimos o conhecimento de muitos especialistas em um sistema computacional, com o qual é possível simular diferentes estratégias de manejo. Não basta só reformar as pastagens, é preciso aplicar um conjunto de estratégias para potencializar os resultados”, observa.

Confinamento

Como explica o professor, cada cabeça de gado emite, anualmente, o equivalente a uma tonelada de CO₂. Para reduzir o rebanho e, conseqüentemente, a emissão de gases de efeito estufa, é necessário intensificar a criação, estratégia que requer o confinamento do gado em espaços menores



Mirandasan | CC 4.0

Brasil tem o segundo maior rebanho bovino, mas há margem para aumento de produtividade

e complementar a alimentação dos animais com grãos e ração, incluindo os bezerros em aleitamento. “O tempo para se chegar ao ponto de abate cai de três anos para apenas 24 ou mesmo 20 meses. A carne do animal criado em confinamento é mais saborosa, porque contém gordura acumulada entre as fibras musculares (marmoreio). É o produto ‘gourmet’, que se compra em butiques de carne”, descreve o professor.

No entanto, esse tipo de carne é mais nocivo à saúde humana, pois contém mais componentes químicos, como hormônios e antibióticos. “De fato, o consumo de carne bovina não é ambientalmente sustentável. O mais correto seria mudar o hábito alimentar dos brasileiros, incluindo mais pescados, aves e carne suína. Enquanto isso não acontece, precisamos de uma pecuária que seja menos impactante ambientalmente”, analisa Britaldo. Ele lembra que o Brasil se comprometeu a reduzir em 37%, até 2025, as emissões de gases de efeito estufa (em relação a 2005), em cumprimento às cláusulas do Acordo de Paris, aprovado em 2017.

Pressão internacional

De acordo com Britaldo, o Brasil paralisou suas políticas nacionais ambientais, razão pela qual os estudos levados a cabo em seu Departamento são também úteis para alertar a comunidade internacional sobre os riscos ambientais impostos pelo país. “Nosso intui-

to é provocar pressão internacional para que o país proteja o seu meio ambiente”, afirma.

O incentivo ao desmatamento e à ocupação de terras indígenas e terras públicas é prática que, de acordo com o pesquisador, compromete a imagem do agronegócio nacional, sobretudo perante o mercado europeu. Para ele, o cumprimento comprovado da lei ambiental (leia-se Código Florestal) no Brasil seria capaz de ampliar o mercado para os produtos brasileiros. “Os chineses, nossos principais compradores, poderão exigir, em futuro próximo, uma comprovação de que a nossa carne não esteja associada a atividades ilegais, como o desmatamento criminoso. Se o setor ruralista começar a sofrer prejuízos com boicotes internacionais, poderá pressionar o governo a mudar sua postura”, argumenta o professor do IGC.

Artigo: *Large-scale pasture restoration may not be the best option to reduce greenhouse gas emissions in Brazil*

Autores: Evandro Batista, Britaldo Soares, Fabiano Barbosa, Juliana Davis, Richard van der Hoff e Raoni Rajão, da UFMG; e Frank Merry, da Conservation Strategy Fund (EUA)

Disponível em: <http://bit.do/fp6GF>

OLHAR que atravessa a LENTE

Índigena mestre pela UFMG, Edgar Kanaykô propõe reflexão sobre a relação da aldeia com a fotografia

Teresa Sanches

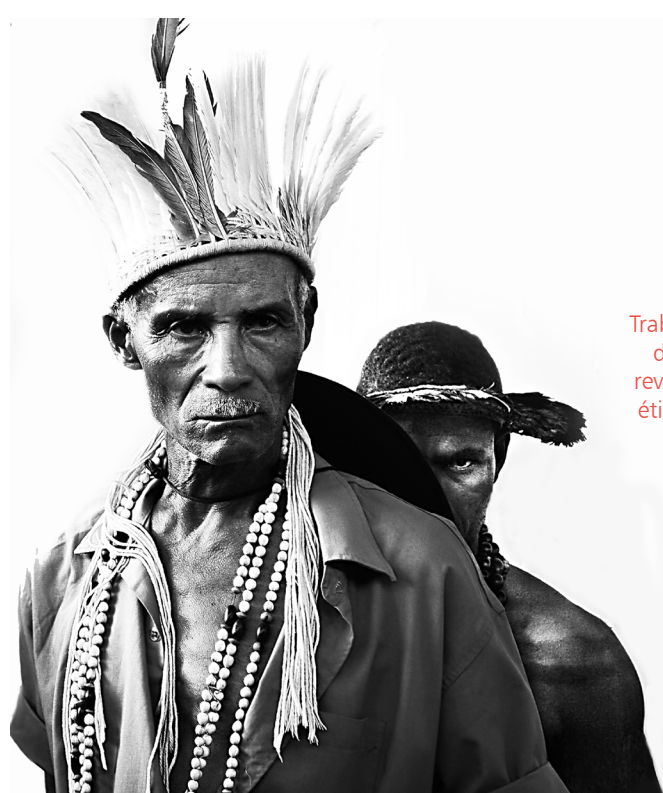
"Sou Edgar Kanaykô, do povo Xakriabá. Moro na terra indígena Xakriabá, no município de São João das Missões, no Norte de Minas. Meu interesse pela fotografia e audiovisual surgiu do próprio interesse da comunidade, quando, nos anos 2000, viu chegar a energia elétrica e, com ela, equipamentos como televisão, rádio e a câmera fotográfica. Desde então, a fotografia, que inicialmente foi vista como um perigo – pela desconhecida influência que poderia exercer sobre nossa cultura –, passou, aos poucos, a ser conhecida e percebida também como instrumento de luta e resistência”.

É dessa forma que Edgar Nunes Correa, o Edgar Kanaykô, define sua relação com a fotografia, protagonista de sua dissertação de mestrado, defendida no segundo semestre de 2019, na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (Fafich). Primeiro indígena mestre pela UFMG na área de antropologia, Edgar também é um dos artistas com trabalhos na exposição *Mundos indígenas*, em cartaz no Espaço do Conhecimento UFMG.

O pesquisador, que faz questão de retomar a conversa se apresentando com sobrenome indígena e identificando seu povo, explica que uma característica “do ser indígena” é essa relação de respeito e pertencimento à sua comunidade, característica que se reflete também na relação do povo Xakriabá com a fotografia. Na dissertação *Etnovisão: o olhar indígena que atravessa a lente*, as fotografias de Edgar Kanaykô são o principal instrumento narrativo, superando o texto escrito, “essa forma de grudar o idioma no papel”, como ele define a escrita.

Sagrado e segredo

Na língua *akwnê* (originalmente os Xakriabá eram chamados de *Akwnê Ktabi*), a palavra *hêmba* significa espírito, alma e também pode significar imagem, fotografia. “Para nós, e isso não é diferente para muitos povos indígenas, a fotografia também revela o que os olhos não podem ver. Proponho uma reflexão sobre como fazer etnografia com imagem, ou etnofotografia, principalmente sob o ponto de vista indígena, que é diferente do não indígena, porque, para nós, essa relação da fotografia também com o mundo espiritual pode trazer perigos ao envolver o sagrado, que, muitas vezes, é segredo”, teoriza.



Edgar Kanaykô

Trabalho fotográfico de Edgar Kanaykô revela compromisso ético com seu povo

Edgar Kanaykô, que cursou Formação Intercultural para Educadores Indígenas (Fiei), na Faculdade de Educação, conta que, durante um ritual ou festas indígenas, quem decide sobre o que pode ou não ser registrado não é quem está com uma câmera nas mãos, mas os espíritos, mediados pelos pajés, que também negociam com a comunidade.

Essa preocupação com o permitido e o não permitido, que define as questões de ética e uso da imagem desde a captura, perpassou toda a pesquisa do indígena, que manteve diálogo intenso com seu povo, segundo seu orientador, o professor Ruben Caixeta de Queiroz, do Departamento de Antropologia e Arqueologia da Fafich. “Edgar também sempre se preocupou com o modo como o seu trabalho seria lido pelo seu povo, cuidado que reflete o compromisso que eles tanto prezam com suas comunidades ao ingressarem na academia”, observa.

Desde seu primeiro contato com a fotografia, Edgar quis descobrir como dizer alguma coisa por meio das imagens. “Quando entrei na UFMG, em 2009, para fazer a licenciatura em ciências sociais e humanidades, pensei em desenvolver esse tema. E no mestrado tive apoio da Associação Indígena Xakriabá para desenvolver uma reflexão sobre esse importante instrumento tecnológico. Os mais velhos perceberam que a fotografia também poderia ser instrumento de luta e resistência e que alguma coisa poderia ser revelada, especialmente aos mais jovens, nas escolas indígenas”, relata.

Segundo Ruben Caixeta, o trabalho de Edgar traz novas perspectivas para o que se denomina antropologia indígena, ou antropologia colaborativa, porque, apesar de as imagens sempre terem sido utilizadas pelas ciências para ilustrar e ajudar a descrever uma realidade, nessa pesquisa foram produzidas por um nativo sobre si mesmo e sua cultura. “O nativo, objeto das pesquisas

antropológicas e que sempre colaborou como guia, tradutor ou assistente de campo dos pesquisadores, passa a ocupar o lugar de sujeito na produção do conhecimento sobre si mesmo. Trata-se de uma troca, em que a universidade ganha ao se abrir para a pluralidade e a universalidade de novos saberes, ao mesmo tempo que contribui com a formação de profissionais que retornam às suas comunidades”, acrescenta o professor.

Essa “antropologia reversa”, como Edgar Kanaykô define seu trabalho, traz a expectativa de “uma influência histórica sobre essa narrativa, sempre contada por não indígenas e ilustrada, muitas vezes, por estereótipos como índios nus, morando na Floresta Amazônica e usando arco e flecha”, observa.

Em sua opinião, “nesse cenário, onde o governo deslegitima as lutas indígenas, é preciso mais do que ocupar os espaços majoritariamente ocupados por não indígenas, como a academia, é preciso desconstruir e reconstruir esses espaços com um pouco da nossa cara. E, quando voltarmos para nossas comunidades, seremos mediadores de tantas questões, sempre com um pé no mundo e outro na aldeia. Sempre conectados uns com os outros”, afirma Edgar.

Mundos indígenas

Na exposição *Mundos indígenas*, explica Edgar Kanaykô, a intenção dos curadores, todos indígenas, é proporcionar ao visitante “os cheiros de seus territórios, desde a terra e seu cultivo até a diversidade da vegetação e da cultura”. As fotografias de Edgar retratam o território Xakriabá, formado por 56 mil hectares demarcados, 32 aldeias e com população de 10 mil pessoas, jovens em sua maioria. Na exposição, também estão representados os povos Maxakali, Pataxoop, Yanomami e Ye'kwana.



Fotos: Edgar Kanaykô



Dissertação: *Etnovisão: o olhar indígena que atravessa a lente*

Programa: Pós-graduação em Antropologia

Autor: Edgar Nunes Correa (Edgar Kanaykô)

Orientador: Ruben Caixeta de Queiroz

Defesa: agosto de 2019



De CABELOS BRANCOS

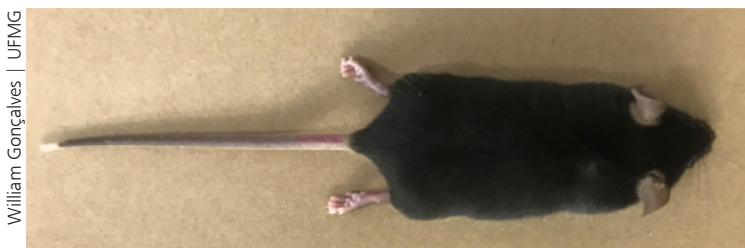
Doutor pelo ICB participou de estudos que vinculam o estresse ao embranquecimento dos pelos; pesquisa em parceria com Harvard foi publicada na Nature

Itamar Rigueira Jr.

Quando trabalhava em sua pesquisa de doutorado sobre o mecanismo de manutenção da dor mesmo após a resolução da resposta inflamatória, no caso da artrite reumatoide, William Antonio Gonçalves, que defendeu sua tese no Programa de Pós-graduação em Biologia Celular da UFMG, em setembro de 2019, percebeu que os pelos dos camundongos embranqueciam quando o sistema sensorial era ativado e que provocava – como se descobriria posteriormente – condição de estresse nos animais.

Liberado por sua orientadora, a professora Vanessa Pinho, para investir nessa pesquisa paralela, William desenvolveu experimentos junto com um dos coorientadores do doutorado, o professor Thiago Cunha, da USP de Ribeirão Preto. Os resultados coincidiram com os encontrados por pesquisadores da Harvard University e foram apresentados recentemente pela revista Nature, no artigo *Hyperactivation of sympathetic nerves drives depletion of melanocyte stem cells* (<https://www.nature.com/articles/s41586-020-1935-3>), que tem como primeiro autor Bing Zhang e é assinado também pelos dois brasileiros.

Células chamadas nociceptores recebem a informação relacionada à dor e a levam até o gânglio sensorial da raiz dorsal. Componentes do sistema nervoso periférico, essas células transmitem a sensação ao sistema nervoso central. Nos estudos para sua tese, William Gonçalves precisava de uma ferramenta para interferir no processo da dor, e Thiago Cunha tinha uma droga, a resiniferatoxina, que elimina o nociceptor. “Quando injetei a droga nos meus modelos, percebi que os pelos dos camundongos ficavam brancos depois de algumas semanas”, relata o pesquisador. Ele repetiu o experimento algumas vezes e comunicou os resultados a Thiago Cunha, que, nessa época, passava um período sabático em Harvard. “Ele estava no laboratório de um dos colaboradores da professora Ya-Chieh Hsu, cujo grupo já havia observado o mesmo fenômeno e pretendia aprofundar as investigações. Thiago, então, firmou parceria com os pesquisadores de Harvard”, conta William.



Camundongo com pelos pretos e brancos: pigmentação associada à atuação do sistema nervoso simpático, que é ativado pelo estresse

Supressão das progenitoras

De acordo com William Gonçalves, o grupo da universidade americana já havia constatado que o fenômeno não se devia a resposta imune nem a resposta sistêmica, ou seja, liberação de corticosterona (o hormônio do estresse) no sangue. Eles levantaram a hipótese de que o sistema nervoso simpático poderia estar envolvido no processo. “Experimentos que fizemos em São Paulo mostraram que a atuação do sistema nervoso simpático, que é ativado pelo estresse, libera uma substância chamada norepinefrina na região onde células-tronco específicas geram melanócitos que são importantes para a pigmentação dos pelos”, explica o pesquisador.

Ainda segundo William, quando o sistema simpático libera a norepinefrina, ela se liga a um receptor nas células-tronco de melanócitos e ativa um mecanismo de alteração de fenótipo dessas células, que deixam o bulbo capilar. “No ciclo seguinte, de pigmentação do pelo, as progenitoras já não estão mais ali para dar origem ao melanócito. E o pelo continua branco.”

Uma contribuição especialmente relevante da dupla brasileira foi a realização de experimento com uma droga chamada guanetidina, que inviabiliza a liberação da norepinefrina na região onde estão as células progenitoras de melanócitos. Quando ela impedia a liberação da norepinefrina, ou seja, bloqueava a ação do sistema simpático depois da indução do estresse, o animal permanecia com o pelo preto. “Isso confirmou a hipótese de que o sistema nervoso simpático é o responsável pela depleção (eliminação) das células-tronco que geram os melanócitos”, diz William Gonçalves.

Outros nichos

O pesquisador destaca que os resultados dos estudos que uniram Harvard, USP e UFMG têm contribuição fundamental ao abrir novas perspectivas de investigações sobre o papel do estresse na mudança de características fenotípicas. “Mostramos que o estresse é capaz de alterar a homeostase, isto é, o equilíbrio de um tecido pela alteração de uma célula importante no bulbo capilar. Quantos outros nichos não podem ser alterados pelo estresse?”, indaga William Gonçalves.

Ele comenta também que o artigo da Nature relata testes com melanócitos de humanos, quando ficou demonstrado um comportamento peculiar das células que sofrem com o estresse: a expressão gênica de uma molécula específica, a *cyclin-dependent kinase 2*. Trata-se de constatação que abre caminho para possíveis terapias. Segundo William Gonçalves, o artigo gera questões sobre a possibilidade de influência do estresse no tratamento de doenças como diabetes, pressão alta e obesidade e mesmo sobre o desenvolvimento do câncer.

Também restaram, segundo ele, pontos a esclarecer. “Depois que a resiniferatoxina age sobre as células da dor, como ocorre a transmissão, a conversa entre o sistema relacionado à dor e o sistema simpático? Ficou essa pergunta”, diz o pesquisador, acrescentando que a resiniferatoxina já é estudada como alternativa a analgésicos tradicionais. “O artigo publicado na Nature tem tudo para ser referência para o desenvolvimento de muitas novas pesquisas”, conclui William Antonio Gonçalves.

Acontece

SOBRE NEUROBIOLOGIA

As inscrições para a primeira edição do Simpósio de Neurobiologia, agendada para 20 e 21 de março, no campus Pampulha, podem ser feitas até 18 de março. O objetivo do Simpósio é promover o aperfeiçoamento em temas de neurobiologia e a inserção de profissionais da área de educação e da saúde no ambiente acadêmico e científico. Outro objetivo é divulgar projetos de pesquisa realizados na Universidade.

A programação inclui ciclo de palestras, debates e minicurso sobre técnicas avançadas em neurologia. O minicurso tem 150 vagas e carga horária de 15 horas-aula. Os palestrantes serão os professores do Departamento de Morfologia Aline Silva de Miranda, Camila Megale Leite, João Vinícius Salgado, Paula Luciana Scalzo, Victor Rodrigues Santos e Vinícius de Toledo Ribas.

As inscrições devem ser feitas no site de cursos e eventos da Fundep (<https://bit.ly/372M7aG>).

CONGRESSO DE EXTENSÃO

Candidatos a apresentar experiências no 9º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária (Cbeu), que será realizado de 15 a 17 de julho, no campus Pampulha, podem se inscrever até 15 de março, no site do evento (<https://www.ufmg.br/cbeu/#inscricoes>). O congresso terá como tema *Redes para promover e defender os direitos humanos*.

Pessoas que desejam atuar como avaliadores de resumos dos trabalhos e das propostas de oficinas devem manifestar interesse até 8 de março. Os candidatos a fazer a mediação das redes de conversa têm até 15 de abril para se inscrever.

O evento reunirá pesquisadores, estudantes, professores, profissionais, representantes de movimentos sociais e público em geral para discutir os rumos da extensão universitária no Brasil. As atividades ocorrerão na Faculdade de Ciências Econômicas (Face), nos Centros de Atividades Didáticas I e III e em outros espaços do campus Pampulha.

OLYMPIO

literatura e arte... N.2

Reprodução



Capa da segunda edição da publicação

do saber. A revista enfatiza a produção ficcional, poética e ensaística contemporânea, por meio de perfis e entrevistas, tradução de textos literários, relatos de viagem, ensaios visuais e fotográficos. A iniciativa teve o apoio da Editora Miguilim, em parceria com a Tlön Edições.

Olympio é vendida por R\$ 54, em livrarias de Belo Horizonte, Ouro Preto e Poços de Caldas e nos sites da Amazon e da editora Miguilim (<http://editoramiguilim.com/produto/olympio-2/>).

LITERATURA E ARTE

Acaba de ser lançada a segunda edição da revista *Olympio – Literatura e Arte*, editada por grupo integrado pela escritora e professora Maria Esther Maciel, vinculada à Faculdade de Letras da UFMG. Com 280 páginas de conteúdo inédito, de 47 autores, a edição contém depoimento do líder indígena Ailton Krenak, perfil do diretor teatral Zé Celso Martinez, assinado por Ignácio de Loyola Brandão, e revela trabalhos inéditos, no Brasil, da poeta norte-americana Emily Dickinson, do cineasta britânico Peter Greenaway, da escritora romena Aglaja Veteranyi e do argentino César Aira.

Criada em 2018, na capital mineira, a publicação explora as conexões da literatura com outros campos artísticos e

FORMAÇÃO TRANSVERSAL

As matrículas para as disciplinas optativas em graduação da Formação Transversal em Estudos Internacionais (FTEI) deverão ser feitas segundo o cronograma publicado pela Prograd (<https://www.ufmg.br/prograd/arquivos/FT/CronogramaFT2020.pdf>). Oferecida desde 2019 pela Diretoria de Relações Internacionais, a Formação tem aulas ministradas integralmente em língua inglesa ou espanhola. O objetivo é propiciar imersão plural nos aspectos nacionais, étnicos e valorativos.

Estudantes da graduação da UFMG deverão se matricular na terceira fase da matrícula (percurso livre). Os membros da comunidade externa poderão inscrever-se na modalidade “disciplina isolada” (veja mais informações em <https://bit.ly/31qj3sL/>).

A carga horária para certificação na FTEI é de no mínimo 360 horas-aula nas disciplinas ofertadas. Conheça as disciplinas oferecidas no primeiro semestre de 2020 em <https://bit.ly/383QluH/>.

PORTUGUÊS PARA CONCURSOS

O curso de Português para Concursos, que será realizado na modalidade a distância, no primeiro semestre de 2020, recebe inscrições até 17 de março, na página de cursos e eventos da Fundep (<https://bit.ly/2vL7Ff4>). A capacitação é ofertada pelo Centro de Extensão (Cenex) da Faculdade de Letras (Fale) da UFMG.

Destinado a preparar candidatos para concursos públicos, o curso tem o objetivo de aprofundar os conhecimentos acerca da gramática da língua portuguesa. Os cursos de línguas on-line do Cenex-Fale são abertos a qualquer pessoa da comunidade, alunos e não estudantes da UFMG, com idade a partir de 14 anos. O curso será realizado de 23 de março a 18 de julho, com carga horária de 52 horas-aula, na Fale, campus Pampulha.

PATOLOGIA VETERINÁRIA

De 16 a 18 de março de 2020, será realizado o 3º Simpósio de Patologia Clínica Veterinária da UFMG, que tem o objetivo de promover a educação complementar e continuada de profissionais da área. As inscrições para participação no evento devem ser feitas até 16 de março, em <https://bit.ly/3b86s1P/>.

A patologia clínica veterinária é a especialidade que executa e interpreta os exames laboratoriais. As palestras abordarão distúrbios urinários e o modo de utilizar as ferramentas diagnósticas. Serão sete exposições de 60 minutos, com demonstrações de resolução de casos clínicos e mesas de debate, sempre no auditório principal da Escola de Veterinária, campus Pampulha, das 18h30 às 22h.

LETRAMENTO na COLÔNIA

Livro organizado por professora da FaE aborda a educação na América portuguesa com foco na administração, nas instituições e na cultura escrita

Itamar Rigueira Jr.

O período colonial ainda é o menos estudado quando se trata da história da educação no Brasil, mas essa realidade tem mudado. Estudiosos encontram abundância de fontes, sobretudo no Rio de Janeiro, em Minas Gerais e em Portugal, e atuam em núcleos como o Grupo de Pesquisa Cultura e Educação nos Impérios Ibéricos (CEIbero), que tem forte participação de pesquisadores da UFMG. O grupo acaba de lançar o livro *Cultura e educação na América portuguesa* (Editora UFMG), com trabalhos apresentados no primeiro colóquio sobre o tema, realizado em 2012, na Universidade.

Concentradas no século 18 e atentas aos significados da presença do Brasil no Império português, as investigações concentram-se em três grandes temas: o efeito das reformas iluministas sobre a administração da colônia, o papel das instituições de diversas naturezas e a presença da cultura escrita. “Acreditamos que é fundamental pensar a história da educação sempre articulada com outros campos da historiografia. Congregamos estudos sobre instituições religiosas, educação escolar e produção de livros, entre vários outros aspectos”, afirma Thais Nívia de Lima e Fonseca, professora da Faculdade de Educação da UFMG, coordenadora do grupo de estudos e organizadora do volume, ao lado de Antonio Cesar de Almeida Santos, da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Thais Fonseca lembra que, no século 18, Portugal sofreu grande influência do Iluminismo, e isso teve efeitos importantes no Brasil, na medida em que norteou a definição de políticas de Estado, inclusive para a educação – para ficar em um exemplo, as escolas públicas foram criadas no Brasil em 1759. O



Acervo Banco Itaú

Uma senhora brasileira em seu lar, de Jean-Baptiste Debret (1823): ambiente familiar também era dedicado ao letramento

livro aborda também o papel educacional da Igreja e das academias militares, estas dedicadas, sobretudo, à formação técnica.

Leitura para Deus

Segundo a organizadora, a cultura escrita tinha grande relevância também fora das escolas. “O escrito orientava muitas dimensões da vida social e era valioso mesmo para as camadas pobres e iletradas, que dependiam de instâncias administrativas e jurídicas para resolver questões diversas”, explica Thais. Essa informação rompe com uma convicção arraigada sobre o período colonial, ressalta Thais Fonseca. Outra ideia questionada no volume é que mulheres em locais de recolhimento não teriam acesso à cultura letrada. O capítulo assinado por Ana Cristina Lage, doutora pela FaE e professora da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), mostra que, nos conventos, “acreditava-se que, quanto maior o letramento focado no conhecimento religioso, maior seria a aproximação com Deus”.

Laura de Mello e Souza, da Universidade de Paris IV-Sorbonne, discorre sobre “uma

curiosa pedagogia implícita” em escritos de governantes portugueses (e outros de louvação a eles), nos séculos 17 e 18. Ela defende que esses discursos tinham a preocupação com a educação do povo, utilizavam a experiência própria para ensinar aos servidores e apelavam ao “exemplo edificante” que justificava a obediência aos governantes.

Em seu texto, Guilherme Pereira das Neves, da Universidade Federal Fluminense, propõe reflexão sobre os vínculos entre cultura e educação que extrapolam marcos temporais e relacionam indagações do passado e do presente. Ana Rita

Bernardo Leitão, residente de pós-doutorado na Universidade de Lisboa, apresenta resultados de estudos sobre administração escolar e ensino das primeiras letras, com atenção aos processos reformadores ilustrados.

O CEIbero vem ampliando o escopo das investigações, para incluir a educação de músicos, militares, trabalhadores, escravos e alforriados. Thais de Lima e Fonseca revela inquietação com uma lacuna na história da educação colonial: “Há documentação expressiva sobre ações estatais e os professores, mas os alunos ainda são sujeitos ocultos do processo. Nosso esforço é para jogar luz sobre esse sujeito histórico”, anuncia.

Livro: *Cultura e educação na América portuguesa*

Organizadores: Thais Nívia de Lima e Fonseca e Antonio Cesar de Almeida Santos

Editora UFMG

184 páginas / R\$ 32 (editora.ufmg.br)